

PROJETO
PROJECT

TRÊS PROJETOS CONTRA-HEGEMÔNICOS THREE COUNTER-HEGEMONIC PROJECTS EDSON MAHFUZ

Edson da Cunha Mahfuz é Arquiteto, Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo, com Pós-Doutorado na mesma área. É Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da mesma instituição. Realiza pesquisas sobre Arquitetura Moderna, Projeto de Arquitetura e Urbanismo, e Teoria e Ensino do Projeto. edson@mahfuz.arq.br

<http://lattes.cnpq.br/2757009040611202>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: MAHFUZ, E. C. Três projetos contra-hegemônicos. **VIRUS**, n. 24, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v24/594/594pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

Há uma prática hegemônica no Rio Grande do Sul, e com toda certeza em muitas outras partes do Brasil, que desconsidera a necessidade de criar espaços abertos e edificações que constituam o que alguns chamam de infraestruturas do cotidiano, isto é, de equipamentos públicos que podem tornar a vida diária mais digna, principalmente para a população de baixa renda. Essa prática resulta de um pensamento hegemônico não explícito, mas dominante na política e administração brasileiras e, curiosamente, independente de ideologias, pois nem os governos municipais e estaduais de esquerda se dedicaram à construção desses equipamentos. O texto descreve três projetos que procuram se contrapor ao pensamento hegemônico descrito acima. Os projetos ilustram respostas a três situações caracterizadas por descaso: a falta de qualificação dos espaços abertos das cidades, a ausência quase total de equipamentos que fomentem a vida cultural e as relações sociais e a indiferença com que são tratados o patrimônio histórico e o urbanismo consolidado. A metodologia envolve identificar uma situação urbana problemática, transformá-la em tema de ateliê de projeto na graduação e na pós-graduação, realizar o projeto paralelamente aos alunos, discutir o projeto em aula e buscar divulgá-lo com fim de estabelecer uma discussão sobre o problema que deu origem à essa sequência, mais do que sobre o próprio projeto.

Palavras chave: Qualificação do espaço aberto, Infraestruturas do cotidiano, Diálogo com o entorno

1 Introdução

Este texto parte da premissa de que a escassez de equipamentos de uso público no Rio Grande do Sul se deve a um pensamento e prática que se poderia chamar de hegemônica. Diante desse panorama, uma das possibilidades de resistência e oposição a esse estado de coisas é propor ações concretas a partir da plataforma de que disponho: o ensino na universidade pública e a prática de projetos. No Rio Grande do Sul esse pensamento hegemônico desconsidera a necessidade de criar espaços públicos¹ e edificações que constituam o que alguns chamam de infraestruturas do cotidiano, isto é, equipamentos urbanos que facilitam e tornam mais digna a vida das pessoas, especialmente as de baixa renda. Refiro-me a equipamentos como escolas, centros de saúde, bibliotecas, centros culturais, centros esportivos, entre outros, disseminados estrategicamente nas cidades pelo poder público. Essa falta de ação é tão abrangente que não está ligada a uma ideologia política. Se poderia pensar que tem a ver com a direita, tradicionalmente indiferente aos valores coletivos e às políticas públicas. No entanto, a mesma inércia esteve presente durante os governos de esquerda, tanto no âmbito federal, como no estadual e municipal – basta mencionar como exemplo o programa Minha Casa Minha Vida, exemplo de oportunidade perdida para criar entornos dignos para se viver.

No que se refere ao espaço público das cidades, não há uma política permanente de qualificação. Quando acontecem as melhorias, têm a ver com a preparação da cidade para receber um evento, como foi o caso da criação da Orla Prefeito Luiz Paulo Conde e do Boulevard Olímpico, obras realizadas em função da Copa do Mundo (2014) e da Olimpíada (2016) no Rio de Janeiro, mas que depois não tiveram seguimento. Sou consciente das conquistas sociais das últimas décadas, inclusive em Porto Alegre, mas essas conquistas não se materializaram em equipamentos públicos como os que estou reivindicando. Em anos recentes foi construído um grande parque público à beira do Lago Guaíba, iniciativa única em muitas décadas de inércia. Em outros países, há um esforço contínuo de qualificação de praças existentes e de criação de novas onde não existem, porque se entende que o espaço público é o local privilegiado do encontro e das trocas de informação, mesmo numa época em que a comunicação por via digital ganhou importância. Será que essa inércia é parte de uma estratégia para evitar esses encontros, porque deles pode resultar a organização da sociedade para reivindicar os seus direitos? Em Portugal e Espanha, para não mencionar os países mais ricos da Europa, é comum que em cada bairro haja um centro de saúde primária, uma biblioteca pública, um centro esportivo e um centro cívico, o que contribui para uma vida digna e culturalmente rica, mesmo que se ganhe pouco ou se esteja desempregado. Esses são exemplos que valem a pena emular.

¹ Por espaço público, entende-se todo aquele espaço que não for privatizado, tanto abertos como as ruas, praças e parques, como fechados como ginásios, mercados, entre outros.

Durante as décadas em que tenho vivido em Porto Alegre não lembro de ter visto nada parecido ser construído nos bairros da cidade. Aos prefeitos que se sucedem não parece ter ocorrido que essas atividades são necessidades básicas do habitante urbano e que é parte das suas atribuições garantir que existam. Certamente não será o mercado que irá criar esse tipo de equipamento, o qual não visa lucro imediato e cujo resultado – o desenvolvimento dos cidadãos – é algo difuso e a longo prazo. Para não faltar com a verdade, existe na legislação brasileira a figura do Centro Social Urbano (CSU), que seriam “centros públicos voltados para o desenvolvimento, inclusão social e redução da violência” (Decreto nº 75922 de 01/07/1975 / PE - Poder Executivo Federal). Entretanto, a sua implantação é esporádica, irregular e rarefeita. É curioso notar que a época em que foram construídos mais CSUs foi a década de 1970, quando o país estava sob um regime ditatorial. Outra característica dessa atitude hegemônica é a baixa valorização do patrimônio histórico, tanto no que se refere ao edifício individual como aos entornos consolidados com suas características materiais e de uso. Por aqui raramente se aplica o conceito inglês de notável valor coletivo que fundamenta a preservação de grupos arquitetônicos com base na percepção de que a qualidade global do conjunto excede eventuais defeitos de qualquer das estruturas individuais.

Não estando satisfeito com esse estado de coisas e, sendo professor de projetos na universidade pública há mais 30 anos, decidi protestar usando as armas de que disponho: a sala de aula e meu trabalho como arquiteto. No primeiro caso, propondo temas de projeto que incluam os equipamentos que faltam nas cidades e, no segundo caso, elaborando projetos que respondam aos problemas mal resolvidos na cidade, os quais chamo de contra-projetos. No âmbito acadêmico, tenho conduzido ateliês de projeto cujo tema é um centro comunitário e o espaço aberto do seu entorno, que em geral se localizam em terrenos atualmente ocupados por praças carentes de projeto, e o trabalho dos estudantes deve dar igual atenção à edificação e ao paisagismo. A cada dois semestres muda o terreno – que geralmente mede aproximadamente 10.000 m², o que equivale à área de um quarteirão – e isso muda a equação geral, já que entornos diferentes exigem respostas diferentes. O programa do centro comunitário inclui uma biblioteca, uma sala de uso múltiplo e um café, mais os espaços de apoio para cada atividade. Quando se trata de um ateliê de pós-graduação, o programa ganha o acréscimo de salas de atendimento à comunidade.

O objetivo da disciplina, além do mais óbvio que é treinar para a prática do projeto arquitetônico e urbanístico, é chamar atenção para o papel da arquitetura como prática social por meio dos temas tratados no ateliê. É certo que o modo mais seguro de aprender a projetar é projetando, mas também se ensina por exemplo. A experiência me mostrou que estudantes de qualquer nível se sentem mais seguros sendo orientados por alguém que já enfrentou os mesmos problemas projetuais que eles e, por essa razão, desenvolvo todos os projetos que proponho como tema de aula, além do meu interesse pessoal nesses tipos de intervenção. Em um ateliê cuja metodologia estimula o estudo de precedentes como uma etapa importante de qualquer projeto, o trabalho do professor aparece como mais um precedente a ser estudado. Além do apoio didático imediato, esses chamados contra-projetos têm o objetivo de mostrar que é possível resolver melhor aquelas situações urbanas e/ou construtivas de um modo que beneficie a cidade.

2 Metodologia

A metodologia referente aos projetos apresentados aqui começa pela identificação de uma situação urbana ou construtiva julgada deficiente, que se torna a seguir tema de disciplina de projeto e motivação para realização de um contra-projeto. Nos dois primeiros casos, trata-se de espaços públicos sem estrutura formal e sem os equipamentos e amenidades que facilitariam o uso mais intenso pela população. No terceiro caso, a ampliação de um edifício com valor cultural importante ignora completamente o meio urbano em que está inserido. Identificado o problema, busca-se entender o lugar tanto do ponto de vista histórico como do seu uso atual, precedentes são estudados em busca de situações análogas que possam servir como referência e em todos os casos o projeto se desenvolve orientado pela crença de que o seu primeiro compromisso é com a cidade, isto é, com a criação de espaço público e a integração com o contexto. Toda edificação proposta procura ajudar a definir o espaço aberto em vez de ocupá-lo. Quando possível e adequado, novos edifícios tentam ampliar condições locais favoráveis. Os projetos são desenvolvidos com um alto grau de detalhamento para superar a esquematização de uma proposta superficial que aborda apenas alguns aspectos do problema. Da mesma forma, a apresentação é cuidadosa e procura apresentar aspectos exteriores e interiores do projeto, quando for o caso.

3 Projeto contra-hegemônico #1: Praça André Foster

Este primeiro projeto é uma praça de bairro, a Praça André Forster, na figura 1, tipicamente resolvida em Porto Alegre criando uma quadra esportiva e um playground no meio das árvores existentes, sem um projeto paisagístico claro e sem incluir nenhuma das atividades descritas acima, como infraestruturas cotidianas. Propõe-se uma nova distribuição espacial e a transformação daquele espaço aberto insuficiente em um conjunto ordenado composto de uma faixa representativa – pórtico, Praça Cívica e Centro Comunitário – e uma faixa para atividades físicas – skate, quadra polivalente e playground, ao lado do edifício, como observado na figura 2. Em torno desses espaços há áreas verdes sombreadas para descanso e contemplação. A relação com o entorno é cuidadosamente planejada: o acesso principal se dá pela avenida e há um caminho transversal, tangente ao Centro Comunitário, que conecta as duas ruas laterais. A Praça Cívica é local para feiras, eventos locais, protestos, shows, entre outros – figura 3. O Centro Comunitário oferece espaço para atividades culturais e encontros ao abrigo de intempéries. Um projeto que, se executado, criaria um centro para o bairro, um local em que muitos tipos de atividades ligadas à cidadania poderiam ocorrer, como vemos na figura 4.



Fig. 1: Praça André Forster, situação atual. Fonte: Google Earth, 2021.



Fig. 2: Proposta de Praça Cívica e Centro Comunitário. Fonte: Autor, 2019.



Fig. 3: Vista aérea da praça. Fonte: Autor, 2020.



Fig. 4: Vista do Centro Comunitário desde a Praça Cívica. Fonte: Autor, 2019.

4 Projeto contra-hegemônico #2: Centro Cultural Zumbi Dos Palmares

O Largo Zumbi dos Palmares, na figura 5, é um dos piores exemplos de descaso com o espaço público que se pode encontrar. Localizado no encontro do centro histórico de Porto Alegre com a sua primeira expansão, é uma área de quase 11.000 m² totalmente asfaltada, sem qualquer mobiliário urbano ou vegetação que amenize o impacto do calor, figura 6. Nesse espaço, acontecem shows, comícios, eventos que reúnem *food trucks*, sem que haja qualquer infraestrutura. O bairro do qual faz parte – Cidade Baixa – tampouco é pródigo em espaços abertos de qualidade. Na verdade, não há nem mesmo espaços abertos sem qualidade e, embora a poucos metros existam duas áreas verdes, elas são espaços residuais no interior de alças de um viaduto, muito pouco apropriadas para serem usadas como espaços públicos. Portanto, o local é uma oportunidade para criar um complexo de espaços e programas de natureza pública.



Fig. 5: O Largo Zumbi dos Palmares, estado atual. Fonte: Autor, 2020.

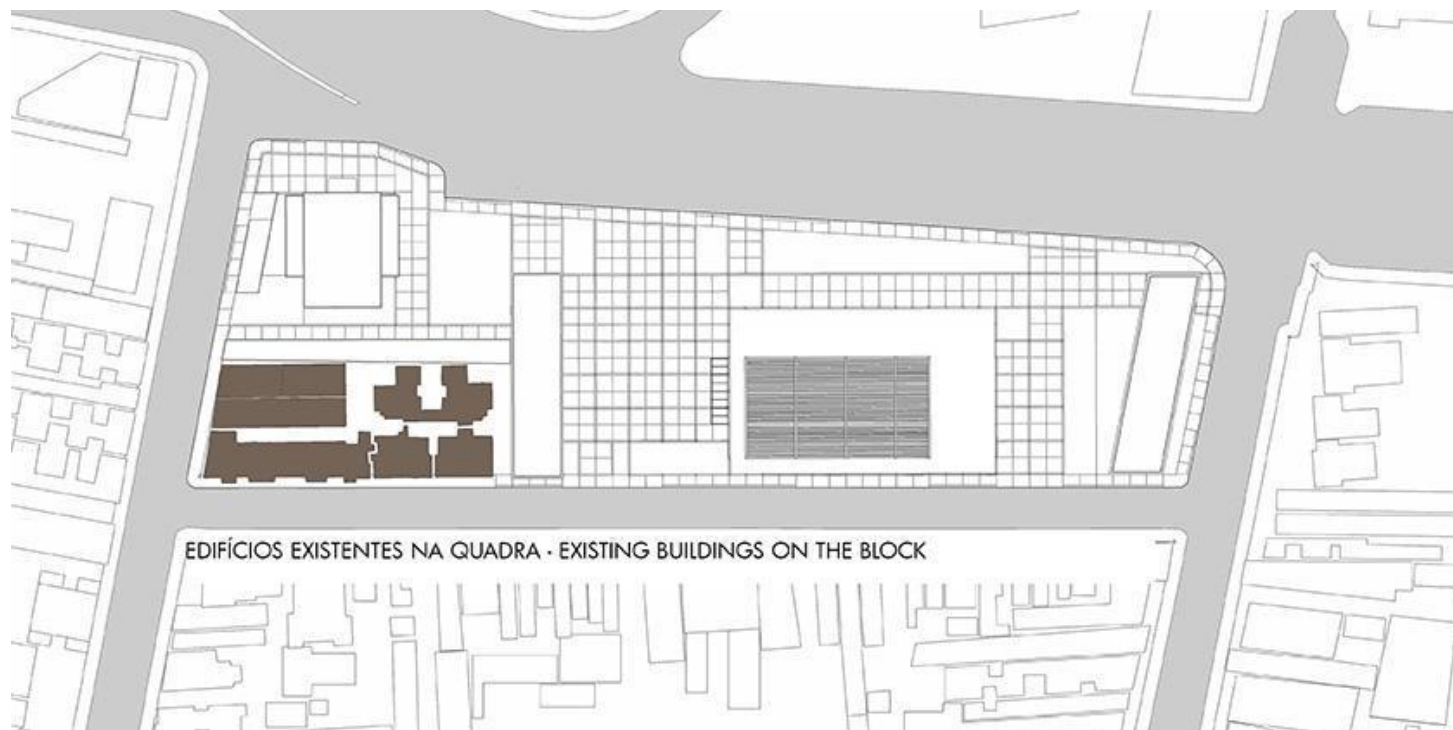


Fig. 6: Edifícios existentes no terreno. Fonte: Autor, 2020.

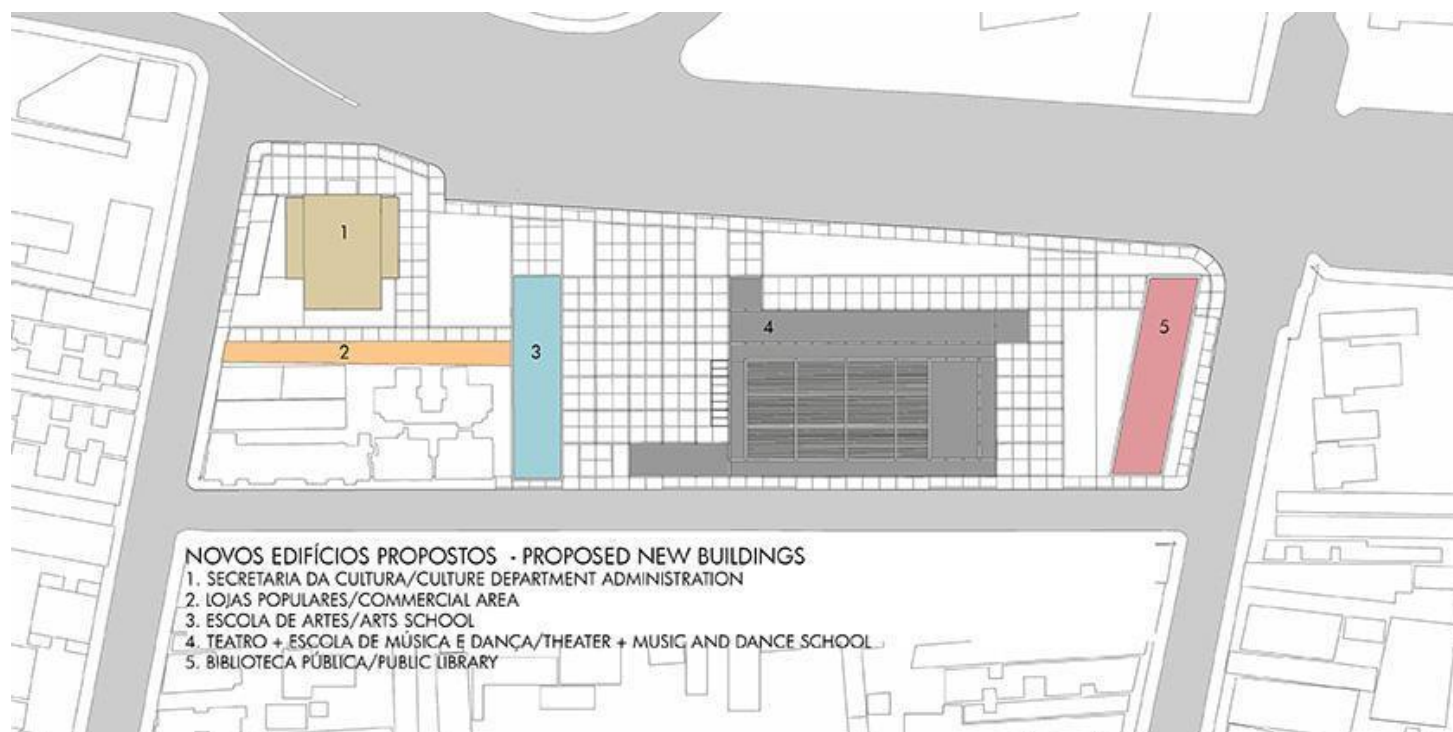


Fig. 7: Distribuição dos novos edifícios e espaços. Fonte: Autor, 2020.

A proposta, apresentada na figura 7, consiste em um centro cultural em que os edifícios são entremeados por espaços abertos com características de praça seca. O Centro Cultural Zumbi dos Palmares seria composto pelos seguintes elementos: à direita, em rosa, uma biblioteca pública, paralela à rua José do Patrocínio. No centro, em cinza, uma escola de dança e dramaturgia, organizadas em volta de um teatro. No térreo deste edifício haveria um restaurante, um café e lojas voltadas para a rua traseira e para a pequena praça entre este edifício e a biblioteca, a qual contém uma área de lazer para crianças. À esquerda do edifício maior, há uma escola de artes, em azul – entre eles está o espaço aberto maior e mais importante do conjunto. Anexo à escola há uma construção baixa e longa, em laranja, que abriga lojas populares de pequeno tamanho e serve para ocultar o muro de divisa dos edifícios existentes no terreno. Por fim, em bege, uma torre administrativa que concentra escritórios da administração municipal, hoje espalhados pelo bairro – a proposta de projeto pode ser observada nas figuras 8, 9 e 10. Essa torre é uma adaptação de um projeto do arquiteto espanhol Helio Piñón. O projeto modificaria totalmente o lugar, introduzindo atividades de ensino, lazer, instituições culturais e administrativas, ao mesmo tempo que preservaria a possibilidade de realização de outras atividades ao ar livre, na praça principal. Não há falta de ideias para qualificar as cidades, o que falta é vontade política para pô-las em prática.



Fig. 8: Vista geral desde o norte (centro histórico). Fonte: Autor, 2020.



Fig. 10: Espaço entre as escolas de dança e de artes. Fonte: Autor, 2020.



Fig. 9: Vista do espaço entre a biblioteca e a escola de dança/dramaturgia. Fonte: Autor, 2020.

5 Projeto contra-hegemônico #3: ampliação do Hospital de Clínicas

Há certas situações na vida que nos parecem tão equivocadas que nos obrigam a algum tipo de reação, ainda que inócuas, já que o malfeito não pode ser revertido, mas a reação marca uma posição e, quem sabe, pode ter consequências futuras por alertar sobre casos semelhantes. Refiro-me ao caso do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), figura 11, afiliado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), projetado originalmente pelo arquiteto Jorge Moreira, cuja ampliação é um escândalo arquitetônico e urbanístico pela sua vulgaridade e por não saber como lidar com o patrimônio cultural e com o entorno urbano – o que se questiona não é a ampliação em si, mas o modo como foi feita. Tratava-se de um problema difícil desde a origem, pois o quarteirão do HCPA é anômalo em relação ao entorno, estando a maioria dos

seus edifícios girados aproximadamente 45 graus em relação às ruas que o definem, com exceção de cinco prédios na esquina de Protásio Alves com São Manoel. Isso parece ser consequência de ter sido projetado levando em conta vias que acabaram não sendo abertas. Por causa disso, a única relação perceptível com o entorno é a perpendicularidade à rua Jerônimo de Ornelas, muito menos importante que as vias que definem a esquina do quarteirão onde foi implantado o hospital: a Rua Ramiro Barcelos e a Avenida Protásio Alves, um dos eixos estruturantes do crescimento da cidade na direção leste.

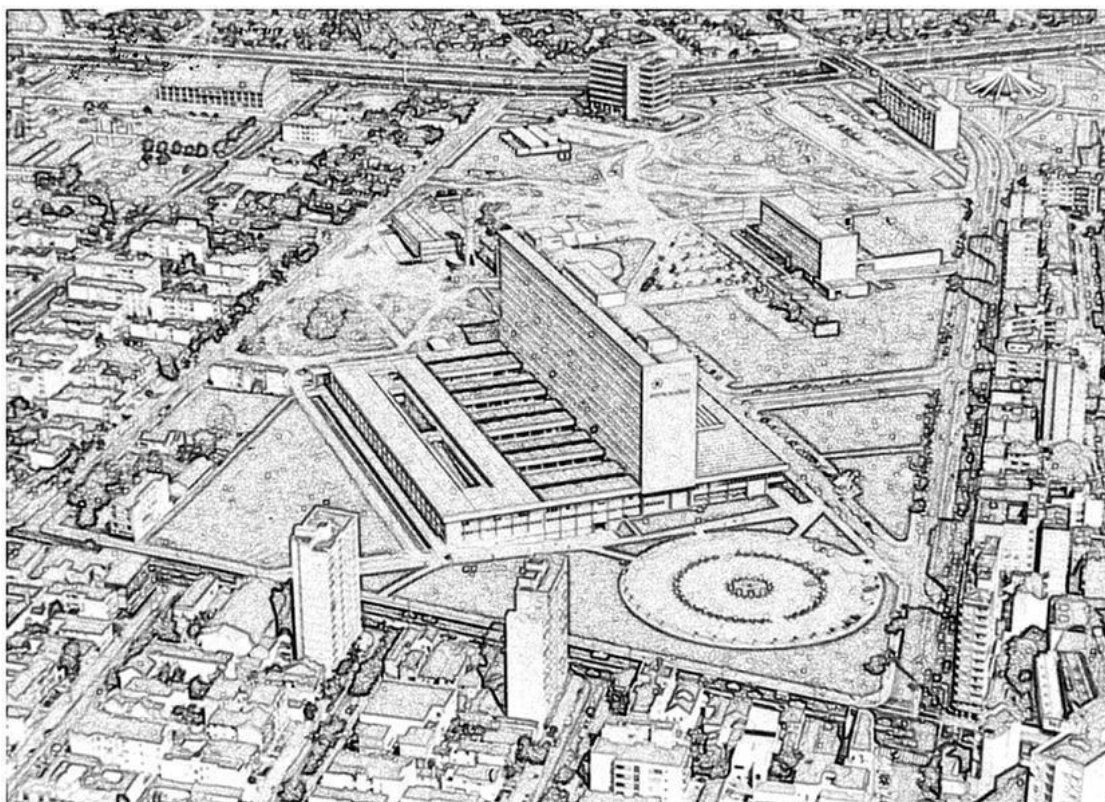


Fig. 11: Hospital de Clínicas, vista geral anterior à ampliação. Fonte: Autor, 2022.

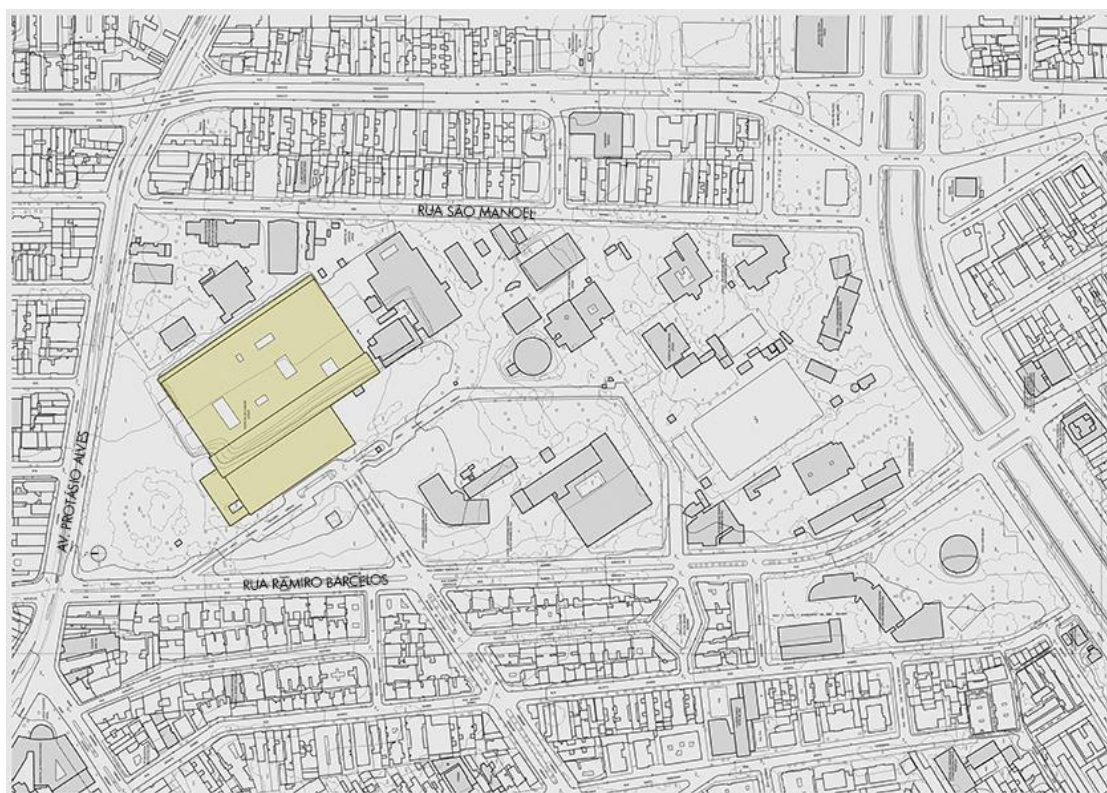


Fig. 12: Hospital de Clínicas, situação anterior à ampliação. Fonte: Autor, 2022.

O edifício original, figura 12, foi posicionado num ponto central do terreno, o que minimizou o impacto que poderia ter sobre as ruas por seu tamanho avantajado. Gostemos ou não do edifício do HCPA, ele faz parte do patrimônio cultural da cidade – protegido pela Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPHAC) desde 2011 – e do patrimônio afetivo da população, e merecia um tratamento muito melhor por parte dos envolvidos no processo. Porto Alegre é uma cidade que costuma perder as oportunidades que se lhe apresentam de qualificar o seu urbanismo e, conseqüentemente, a vida dos seus cidadãos, vide a área em torno ao Jockey Club, o Cais Mauá e o Estaleiro Só, para citar apenas algumas dessas oportunidades.

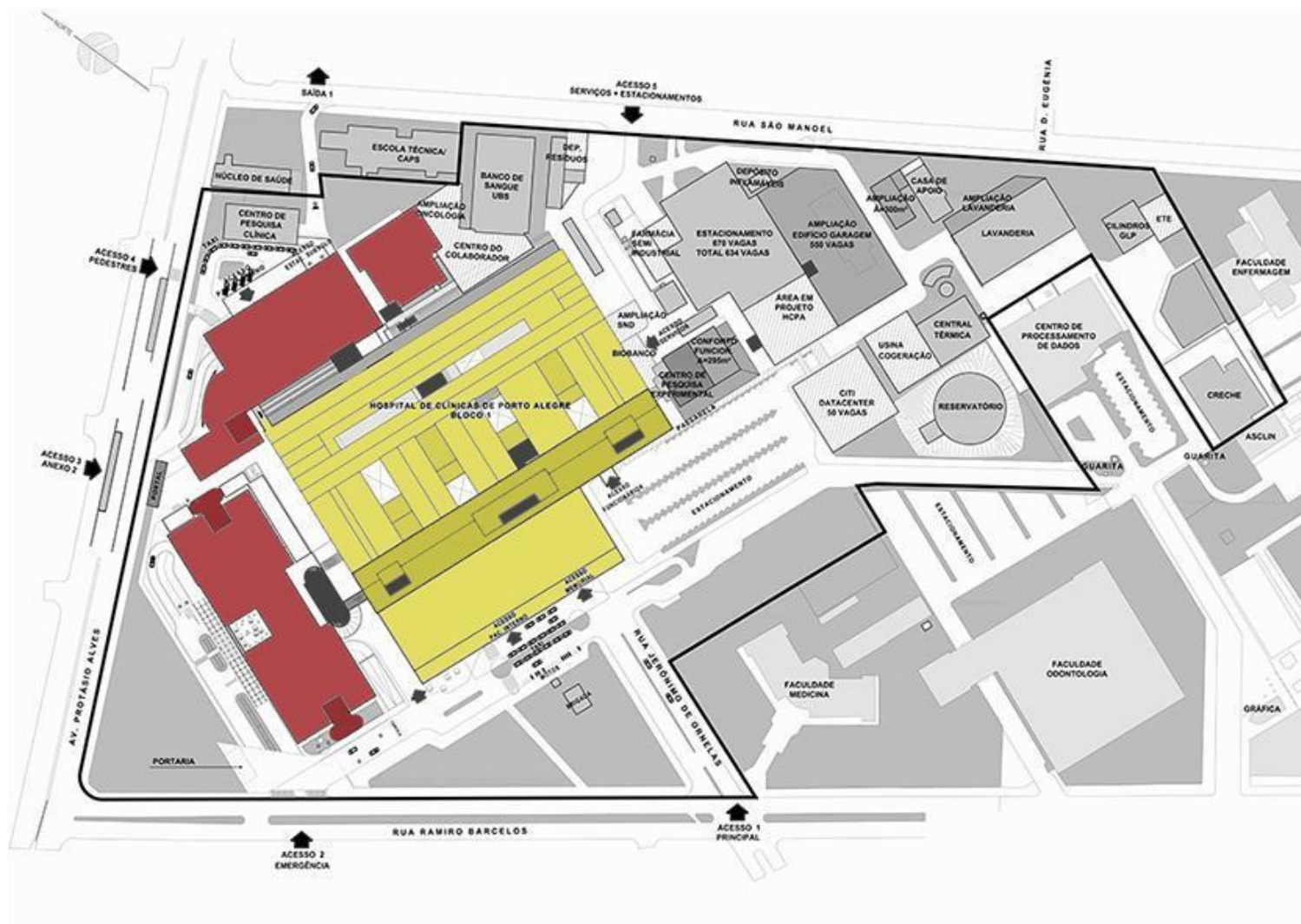


Fig. 13: Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Planta de situação, ampliação em vermelho. Fonte: Autor, 2022.

Neste caso, tinha-se a oportunidade de ampliar o hospital e corrigir a sua relação defeituosa com o entorno imediato. No entanto, o que acabou sendo construído se caracteriza por uma arquitetura vulgar e por uma total falta de entendimento do que é importante quando se intervém no meio urbano consolidado. A ampliação conseguiu piorar o que já não era bom, estabelecendo uma relação caótica com a Avenida Protásio Alves, pois seu contato com a via se dá por meio de curvas e quinas, configurando uma volumetria que em momento algum privilegia a vida cotidiana dessa avenida, como observado na planta da ampliação, figura 13. A vista abaixo, na figura 14, mostra o quanto é formalmente agressiva a solução adotada e como destoa do entorno, tanto do ponto de vista volumétrico como de alinhamento. Além disso, ignora totalmente o uso comercial dos terrenos do outro lado da avenida, uma característica urbana que contribui para a vitalidade desse bairro.



Fig. 14: Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Vistas desde a avenida Protásio Alves. Fonte: Google Maps, 2020.

O que proponho deriva de uma premissa básica: o primeiro compromisso da arquitetura é com a cidade. Portanto, o problema da ampliação tem que ser resolvido ao mesmo tempo em que uma relação positiva com o entorno é estabelecida. Outra premissa importante é a de que quando se gera plantas flexíveis – em configurações geralmente ortogonais, bem servidas por núcleos de circulação e serviço – e com área suficiente para abrigar o programa, não há porque se preocupar excessivamente com o leiaute dos espaços. O contra-projeto visa resolver os dois problemas, conciliando as duas direções envolvidas: os alinhamentos das ruas e o ângulo girado do hospital. Do ponto de vista compositivo se pode falar em três partes: uma barra em L que segue as direções da Rua Ramiro Barcelos e da Avenida Protásio Alves e define tridimensionalmente a borda dessas vias; um corpo central que segue a orientação do edifício existente e que, ao tocar nas barras já mencionadas gera uma série de pátios que servem para iluminar e ventilar o espaço interior; e o terceiro bloco, situado no lado da Rua São Manoel, uma extensão da lógica espacial do corpo baixo do hospital, organizado em torno de vários pátios, estendendo-se até onde há espaço livre, como vemos nas figuras 15 e 16.



Fig. 15: Hospital de Clínicas de Porto Alegre, projeto alternativo. Planta do térreo, setor comercial em branco. Fonte: Autor, 2020.



Fig. 16: Hospital de Clínicas de Porto Alegre, projeto alternativo. Planta tipo. Fonte: Autor, 2020.

Quanto ao uso da ampliação, toda a planta térrea da barra em L que segue as vias contínuas é dedicada a uso comercial, o que certamente traria vida a essa parte do quarteirão, assim como um bem-vindo retorno financeiro ao hospital. Salienta-se que a fachada das lojas, apresentada nas figuras 17, 18 e 19, está recuada, criando um pórtico contínuo e confortável para circulação e uso como terraço de bares e restaurantes. Toda a ampliação foi mantida com quatro pavimentos de altura, o que atende tanto às necessidades de área do hospital como as da cidade, pois o espaço urbano fica bem definido e o patrimônio protegido e ainda visível a partir de vários ângulos. O módulo estrutural da ampliação mede 7,5 metros, o que facilita os estacionamentos no subsolo.



Fig. 17: Hospital de Clínicas de Porto Alegre, projeto alternativo. Vista geral aérea. Fonte: Autor, 2020.



Fig. 18: Hospital de Clínicas de Porto Alegre, projeto alternativo. Vista da esquina da Av. Protásio Alves com Ramiro Barcelos. Fonte: Autor, 2020.

Comparando o que está aqui proposto com a ampliação realizada, no que se refere à área total, constata-se que a solução mais baixa e urbanisticamente mais adequada é também mais eficiente que a que foi construída. O projeto realizado totaliza 84.000 m², dispostos em 7 e 6 pavimentos, sendo dois pavimentos de subsolo, dedicados a estacionamento. Já o contra-projeto consegue 71.000 m² acima do solo, dispostos em apenas 4 pavimentos, com dois pavimentos de estacionamento no subsolo que somam mais 23.000 m², fazendo com que esta proposta totalize 94.000 m², o que a torna melhor em todos os sentidos, e não apenas no sentido urbanístico. Este terceiro projeto contra-hegemônico comprova uma vez mais algo que promotores de obras públicas muitas vezes ignoram: na maioria dos casos fazer mal e fazer bem custa o mesmo, embora fazer bem dê mais trabalho, pois exige a consideração de mais aspectos de um problema arquitetônico urbanístico.

240



Fig. 19: Hospital de Clínicas de Porto Alegre, projeto alternativo. Vista da fachada da rua Ramiro Barcelos, mostrando que a ampliação não esconde o edifício histórico. Fonte: Autor, 2020.

6 Considerações finais

Trabalhos como os aqui apresentados possuem pelo menos três aspectos positivos: o primeiro deles é que, ao estudar cada problema e reunir material sobre eles, se cria condições de trabalhar em aula temas reais e, em alguns casos, o produto do trabalho conjunto pode servir como base para a solução efetiva de um problema urbano por parte do poder público; o segundo é que, ao desenvolver o seu próprio projeto, o professor fica mais qualificado para orientar os estudantes, pois conhece as dificuldades e as oportunidades intrínsecas ao tema; o terceiro ponto positivo, e aqui vem a relação direta com o tema deste número, é que projetos deste tipo revelam uma atitude de protesto e resistência contra o que se considera um pensamento hegemônico negativo para a vida nas cidades. Toda crítica bem argumentada tem o seu peso, mas quando é apresentada na forma de um projeto supera um tipo comum de reação que alega que falar é mais fácil do que fazer.

As diretrizes para autores, no ambiente acadêmico, exigem que se inclua referências e que estas sejam explicitadas no texto, no entanto, quase quatro décadas de docência e pesquisa permitem que se desenvolva um pensamento próprio, o qual, embora devedor do trabalho de inúmeros colegas, é capaz de realizar trabalhos teóricos e projetuais sem atentar para quem influenciou cada parte deles. Nos três projetos fica claro que a edificação está sempre a serviço da definição tridimensional do espaço aberto, que o espaço aberto deve ter uma forma definida e evitar qualquer condição residual e que o entorno imediato – a relação do projeto com ele – é um fator da maior importância na definição formal e programática de qualquer projeto urbano. Estas características dos projetos foram aparecendo no meu trabalho como resultado da assimilação de ideias de muitos autores. Sendo assim, relaciono a seguir uma série de autores cuja obra foi importante na minha formação e cuja influência paira sobre os projetos apresentados.

Referências

DE GRACIA, F. **Pensar, componer, construir**: "una teoría (in)útil de la arquitectura". San Sebastián: Editorial Nerea, 2012.

GRASSI, G. **Arquitectura lengua muerta y otros escritos**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2003.

LINAZASORO, J. I. **La arquitectura del contexto**. Madrid: Ediciones Asimétricas, 2021.

MARTÍ ARÍS, C. **La cimbra y el arco**. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 2005.

PIÑÓN, H. **Teoria do projeto**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006.

PIÑÓN, H. **Arquitectura de la ciudad moderna**. Barcelona: Ediciones UPC, 2011.

SOLÁ-MORALES, M. **De cosas urbanas**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2008.